

brasil ^{dossiê} paulista



ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

“Quem sabe faz

a hora, não espera

acontecer”⁽¹⁾

O MST como movimento socioterritorial moderno

O BRASIL E A QUESTÃO AGRÁRIA

A história do Brasil está marcada pela lógica do desenvolvimento capitalista moderno que se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, o capitalismo atua desenvolvendo-se simultaneamente na direção da implantação do trabalho assalariado no campo (isso ocorre em várias culturas e em diferentes áreas do país, com a cultura da cana-de-

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA é professor do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

¹ Verso de Geraldo Vandré na música “Caminhando (Para não Dizer que não Falei de Flores)”.

açúcar, da laranja, da soja). Mas, por outro lado, esse mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa, como ocorre com a produção de aves e suínos, cultivo do tabaco, da uva, do tomate, do feijão, e mesmo do café.

Dessa forma, no país, o capitalismo adquiriu um caráter rentista, pois seu desenvolvimento se faz principalmente através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Embora esse processo tenha sua origem na escravidão, e em particular na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, foi na segunda metade do século XX que essa fusão ampliou-se significativamente, após 1964, quando os militares procuraram soldar essa aliança política. Assim, a chamada modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foi o instrumento de política econômica que viabilizou essa fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil. Possuem áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo clássico é a Jari S.A., com uma superfície superior a 4 milhões de hectares. É por isso que a soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no Brasil é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou então a soma da área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país é igual a duas vezes a superfície total desse estado.

Segundo as estatísticas cadastrais do Incra, em 1967, em termos totais, o Brasil tinha 3.638.931 imóveis rurais, 1,4% desses (50.945) eram imóveis classificados como grandes propriedades (mais de 1.000 hectares) e ocupavam 48,9% (176.091.002 ha) da área total de 360.104.300 hectares. Em 1972, o número de imóveis total era de 3.387.173 e as grandes propriedades representavam apenas 1,5% (50.548), ocupando 51,4% (193.749.742 ha) da superfície

total (370.275.187 ha), e em 1978, o número total de imóveis era 3.071.085, e as grandes propriedades representavam 1,8% (56.546) ocupando 57% (246.023.591 ha) da área total (419.901.870 ha). No pólo oposto estavam os pequenos, com área inferior a 100 hectares, que representavam em número, em 1967, 86,4% (3.144.036), mas ocupavam uma área de apenas 18,7% (67.339.504 ha). Em 1972, eram 85,8% (2.905.416) e detinham 17,5% (61.096.524 ha) da superfície agricultável, e em 1978, eram 83,8% (2.581.838), ocupando 14,8% (59.939.629 ha) da área total.

Assim, a modernização da agricultura veio acompanhada dessa crescente concentração fundiária. No período de 1967 a 1972, a área ocupada total cresceu 10.170.887 ha, porém a área dos imóveis rurais com mais de 1.000 ha cresceu 17.658.740 ha, o que quer dizer que os pequenos perderam 6.242.980 ha, e os médios outros 1.244.873 ha. No período de 1972 a 1978, a área ocupada total cresceu 49.626.683 ha, porém novamente as grandes propriedades cresceram 52.273.849 ha, o que significou queda na área ocupada pelos pequenos (1.560.895 ha) e médios (1.490.271 ha). Isso quer dizer que entre 1967 e 1978 os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 ha. Cabe destacar também que, como o número total das grandes propriedades praticamente não se alterou, a área ocupada por elas cresceu quase 20%, tornando mais concentrada a propriedade da terra no Brasil, passando o índice de Gini de 0,836 para 0,854.

Nem mesmo o crescimento da luta pela terra na década 80 fez com que as estatísticas cadastrais do Incra de 1992, divulgadas somente em 1996, continuassem a revelar o caráter concentrador da terra no Brasil. Em 1990, a Lei 8.022 (12/4/90) transferiu para a Receita Federal do Ministério da Fazenda a cobrança do ITR antes feita pelo Incra, e assim, em 1992, foi planejado e implantado um novo recadastramento que efetuou nova conferência geral dos imóveis, alterando significativamente os dados de 1978. Mas os resultados apresenta-

dos continuaram a indicar que no Brasil havia 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 imóveis (2,4%) com área acima de 1.000 hectares, ocupando 165.756.665 hectares (50,0%) de uma área total de 331.364.012 ha. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior a 100 hectares, ocupavam apenas 59.283.651 hectares (17,9%). Além disso, estudos revelavam que se o Incra fizesse cumprir os preceitos da Lei 8.629 de 1993, ter-se-iam 115.054.000 hectares (20% da área total) como grandes propriedades improdutivas. Também o Atlas Fundiário Brasileiro publicado pelo Incra indicava que 62,4% dos imóveis cadastrados foram classificados como não-produtivos e apenas 28,3% como produtivos.

Foi, portanto, na década de 90, que as lutas pela reforma agrária aprofundaram-se, e o Estado teve que responder com políticas públicas de assentamentos fundiários. Mesmo assim, a realidade existente nos dados cadastrais do Incra, em 1998,

indicava que 1,6% (57.881) dos imóveis com mais de 1.000 ha, de um total de 3.587.987 imóveis rurais, continuavam ocupando 52,9% (216.824.528 ha) de uma área total de 415.570.812 ha. Enquanto isso, as pequenas propriedades, aquelas com menos de 100 ha, representavam 85,3% dos imóveis rurais (3.061.525) e ocupavam uma superfície de 16,5% (68.674.638 ha). Assim, o índice de Gini, que era de 0,833 em 1992, passou para 0,843 em 1998, aumentando a concentração fundiária no Brasil. Os últimos dados disponíveis sobre a estrutura fundiária do Brasil são de agosto de 2003 e estão presentes no segundo Plano Nacional de Reforma Agrária do governo de Luís Inácio Lula da Silva (Figura 1). A análise de seus números permite verificar uma pequena alteração no processo de concentração fundiária do país. As grandes propriedades representavam 1,6% dos imóveis (69.123) de um total de 4.238.421 imóveis rurais, ocupando 43,7% (183.463.319 ha) de uma área total de 420.345.382 ha. En-

FIGURA 1
ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, 2003

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	IMÓVEIS	% DOS IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)	% DE ÁREA	ÁREA MÉDIA (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 200	284.536	6,7	38.574.392	9,1	135,6
De 200 a 500	198.141	4,7	61.742.808	14,7	311,6
De 500 a 1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a 2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
De 2.000 a 5.000	25.417	0,6	76.466.668	18,2	3.008,5
5.000 e mais	6.847	0,1	56.164.841	13,5	8.202,8
Total	4.238.421	100,0	420.345.382	100,0	

Fonte: Incra — situação em agosto de 2003, in II PNRA, Brasília, 2003.

quanto isso, as pequenas propriedades representavam 85,2% dos imóveis (3.611.429), ocupando 20,1% da área (84.373.860 ha). Ou seja, continuou ocorrendo um crescimento na área ocupada pelos latifúndios, porém cresceu também a área ocupada pelas pequenas propriedades, invertendo significativamente o processo de diminuição presente nas décadas de 70 e 80. É preciso registrar, também, que a diminuição do crescimento dos latifúndios ocorreu em função de medida administrativa do Incra, que cancelou e expurgou do cadastro 1.899 imóveis que ocupavam uma área de 62,7 milhões de hectares. Dessa forma, comparando-se os dados de 1992 e 2003, verifica-se que ocorreu um crescimento da área total do cadastro de 88,9 milhões de hectares, distribuída de forma desproporcional, pois nesse período a média propriedade ficou com mais da metade (52%) da área que aumentou, e a grande propriedade ficou com 20%, enquanto a pequena propriedade ficou com 28%. Tratou-se, pois, da ação e do importante papel que os movimentos sociais de luta pela terra desenvolveram no país, e o MST tem a posição de vanguarda dessa luta nacional dos camponeses brasileiros.

Mas, mesmo assim, os dados de 2003 continuavam mostrando a concentração da terra no país. O Brasil possui uma área territorial de 850 milhões de hectares. Dessa área total, as unidades de conservação ambiental ocupavam 102 milhões de hectares, as terras indígenas 128 milhões de hectares, e área total dos imóveis cadastrados no Incra aproximadamente 420 milhões de hectares. Restam ainda outros 30 milhões de hectares dessa área total, ocupados pelas águas territoriais internas, áreas urbanas e por rodovias, e posses que deveriam ser regularizadas, e outros 170 milhões de hectares de terras devolutas, a grande maioria cercada ilegalmente, particularmente, pelos grandes proprietários.

Há, entre os 420 milhões de hectares cadastrados, um total de 4,2 milhões de imóveis. Essa concentração fundiária indica que a área média nas grandes propriedades é de 2.700 hectares, enquanto nas pe-

quenas é de 25 hectares, ou seja, mais de 100 vezes menor. Entre as grandes propriedades, o Incra, ao aplicar a Lei 8.629 de 1993, encontrou 120 milhões de hectares de terras improdutivas, o que equivalia a 70% do total.

Dessa forma, a reforma agrária continua a ser uma necessidade estrutural da sociedade brasileira, e um instrumento para corrigir a desigual distribuição da terra e sua retenção improdutiva, descumprindo o preceito constitucional de que a propriedade privada da terra deve cumprir sua função social, como está previsto no artigo 184 da Constituição Federal do país: “competem à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social [...]”.

OS CAMPONESES E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL

Movendo-se pelo país numa verdadeira aventura retirante, os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no processo produtivo do campo brasileiro. Entre os camponeses com terra, os dados do Incra mostram que os imóveis rurais com área de até 100 hectares cresceram em número perto de um milhão, entre 1992 e 2003, e em superfície 25 milhões de hectares. Os camponeses com terra representavam em 2003 um total de mais de 3,6 milhões de pequenos agricultores. Juntam-se a eles aqueles camponeses que pagam, ou em produto ou em dinheiro, para poder produzir na terra, respectivamente os camponeses parceiros (273 mil) e os camponeses rendeiros (253 mil). Juntam-se também aqueles camponeses que, recusando-se a pagar renda em produto ou em dinheiro, abrem a seu modo a posse em terras devolutas, públicas ou mesmo privadas – são os camponeses posseiros (674 mil), que representam no país um total de 1,2 milhão estabelecido no campo. Assim, há, entre os camponeses que estão inseridos no processo produtivo no campo, perto de 4,5 milhões de estabele-

cimentos com área até 100 hectares. Ocupando uma superfície de 84,3 milhões de hectares (10% do total do país), a agricultura camponesa no Brasil vem construindo seu lugar na sociedade brasileira. O acesso ao crédito rural tem sido difícil, pois apenas um quarto deles teve acesso ao mesmo em 2003, ficando com apenas 12% do total de recursos alocados pelo governo. Quanto à tecnologia o quadro não é diferente, pois apenas 10% deles possuem trator, 38% utilizaram fertilizantes e 1% tem máquinas colheitadeiras, entretanto, o uso de agrotóxicos já chegou a mais de 60% desses estabelecimentos.

Mesmo assim, de acordo com o II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula, a agricultura familiar camponesa “corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes”. Esses camponeses são responsáveis, pois, por proporções significativas da produção agropecuária do país. Quanto às principais *commodities* produzem: tabaco (99%), cacau (75%), café (70%), algodão (56%), milho (55%), laranja (51%), chá-da-índia (47%), soja (34%), cana-de-açúcar (20%), etc. Produzem também: uva (97%), mandioca (93%), guaraná (92%), banana (85%), feijão (79%), tomate (77%), batata-inglesa (74%), pimenta-do-reino (74%), agave (73%), caju (72%), mamão (60%), coco (67%), trigo (61%), arroz (39%), maçã (35%) e a maioria absoluta (mais de 90%) da produção dos hortigranjeiros. Detêm, também, 27% do rebanho bovino, 87% do rebanho suíno, 88% do plantel das aves, 64% da produção dos ovos e 55% do leite.

Assim, a pequena propriedade, que detém apenas 20% da área ocupada do Brasil, foi responsável por 46% do valor da produ-

ção agropecuária e por 43% da renda gerada no campo. Enquanto isso, as grandes propriedades, que controlam mais de 44% da área ocupada total, foram responsáveis por apenas 21% do valor da produção e 23% da renda gerada. As médias propriedades, que controlam 36% da superfície ocupada, ficaram com a diferença, ou seja, 32% do valor da produção e 34% da renda.

Entretanto, quando se aprofunda mais a distribuição do valor da produção e da renda gerada no campo, verifica-se que, como o número das pequenas propriedades é elevado (85% do total), a parcela média obtida por unidade é pequena. Dessa forma, por exemplo, a quantia média do valor da produção e da renda gerada por unidades entre aqueles que têm área inferior a 10 ha tem sido equivalente a apenas um salário mínimo (US\$ 90) mensal; entre aqueles que têm área de 10 a menos de 20 ha, de dois salários mínimos (US\$ 180) mensais; entre aqueles que têm área de 20 a menos de 50 ha, de três salários mínimos (US\$ 270) mensais; e entre aqueles que têm área de 50 a menos de 100 ha, de quatro salários mínimos (US\$ 360) mensais. O oposto, evidentemente, ocorre com a grande propriedade, pois, como o seu número é pequeno (1,6% do total), a parcela média obtida por unidade é muito grande. Assim, por exemplo, a quantia média do valor da produção e da renda gerada por unidades entre aqueles que têm área de 1.000 a menos de 2.000 ha tem sido equivalente a 42 salários mínimos (US\$ 3.780) mensais; entre aqueles que têm área de 2.000 a menos de 5.000 ha, de 74 salários mínimos (US\$ 6.660) mensais; entre aqueles que têm área de 5.000 a menos de 10.000 ha, de 132 salários mínimos (US\$ 11.880) mensais; e entre aqueles que têm área superior a 10.000 ha, de 265 salários mínimos (US\$ 23.850) mensais.

Estes resultados apresentados referentes à agricultura brasileira são mais indicativos de que a necessária e fundamental melhor distribuição da renda na agricultura passa necessariamente pela redistribuição da terra. Maior acesso à terra significa possibilidade de obtenção de melhor fatia da renda geral.

Foi diante dessa realidade que o II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula destacou o importante papel da pequena agricultura familiar camponesa na agricultura brasileira.

“[...]em toda a década de 90, a agricultura familiar teve aumento de produtividade maior que a patronal: entre 1989 e 1999, aumentou sua produção em 3,79%, apesar de ter tido uma perda de renda real de 4,74%. A agricultura patronal, no mesmo período, teve perda menor (2,56%), mas aumentou a produção em apenas 2,60%. E esse desempenho tem ocorrido sem que haja um acesso ao crédito proporcional à sua participação na produção. A agricultura familiar, que responde por 37,8% da produção, consome apenas 25,3% do crédito, enquanto a agricultura patronal, que responde por 61% da produção, consome 73,8% do crédito. A comparação da agricultura patronal com a agricultura familiar quanto à capacidade de produzir renda por unidade de área é largamente favorável a essa não só na média nacional (superior ao dobro da patronal) quanto em cada uma das regiões do País”.

Em decorrência desse conjunto de razões é que os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra para permanecerem na terra como produtores de matérias-primas para a indústria e de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os tem considerado de forma significativa em suas políticas públicas.

É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Dessa forma, o século XX foi um século por excelência na formação e consolidação do campesinato brasileiro como classe social. É por isso que esse camponês não é um camponês que, na terra, entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no cam-

po. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso à terra, é, pois, um desterrado, um sem-terra que luta para conseguir o acesso a ela. É no interior dessas contradições que têm surgido muitos movimentos sociais de luta pela terra, e com eles os conflitos e a violência. O MST, que nasce dessas contradições, é, portanto, um movimento social moderno que faz da luta por direitos a essência de sua ação. Como a contrapartida do Estado não chega até eles, o MST tem que lutar em todas as frentes para garantir aos camponeses assentados e acampados o acesso a esses bens e serviços essenciais à dignidade humana. A luta pela criação do Pronera foi parte significativa desses instrumentos que permitem aos camponeses o acesso a educação, saúde, técnica, ciência e cultura, contribuindo significativamente como programa de inclusão social e construção da cidadania.

O QUADRO SOCIAL DO CAMPO

O Brasil possui um total de 18 milhões de pessoas ocupadas nas atividades econômicas da área rural. Desse total, 80% são de origem familiar, os outros 3,3 milhões (20%) são assalariados. As pequenas propriedades concentram cerca de 88% do pessoal ocupado de origem familiar, sendo que o trabalho assalariado representava apenas os 12% restantes. Uma realidade oposta e contrastante com os estabelecimentos com mais de 1.000 ha, onde o trabalho assalariado representa 81%. No Brasil do século XX, essa combinação estrutural marca o campo brasileiro: nas unidades camponesas, o predomínio do trabalho familiar, e nas unidades capitalistas médias e grandes, a presença dominante do trabalho assalariado. É por isso que, no Brasil, são as pequenas unidades de produção camponesas aquelas que geram mais empregos no campo.

Comparando-se os diferentes tamanhos das unidades produtivas no campo, as pequenas propriedades geram, também, 40% do trabalho assalariado total, enquanto as grandes propriedades geram apenas

14% dos mesmos. Portanto, pode-se concluir que a análise do número de pessoas ocupadas no campo indica que as pequenas unidades de produção geraram mais de 13,6 milhões de empregos em termos totais, enquanto isso, as grandes propriedades são responsáveis por apenas 751 mil postos de trabalho.

Foi também por essas razões que o II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula destacou a pequena agricultura familiar camponesa como geradora de empregos:

“[...] enquanto a agricultura familiar gera, em média, uma ocupação para oito hectares utilizados, a patronal demanda 67 ha para gerar uma única ocupação, chegando a demandar 217 ha para cada ocupação na região Centro-Oeste. Não é difícil imaginar o impacto sobre o emprego e a migração que uma universalização desse modelo traria ao País. Significa dizer que se o padrão de ocupação da agricultura patronal fosse universalizado para todo o campo brasileiro (mesmo desconsiderando os efeitos da modernização produtiva), mais de 12 milhões de ocupações desapareceriam do rural brasileiro. A mesma simulação para a agricultura familiar apresenta dados bem diferentes, gerando um saldo positivo de mais de 26 milhões de ocupações. Essa capacidade da agricultura familiar gerar postos de trabalho e sua eficiência produtiva contesta a visão que sobrevaloriza os efeitos das economias de escala na agricultura. Além disso, a experiência internacional mostra que a elevação da renda da população rural de países semiperiféricos [sic] tem um potencial distributivo e contribui para a ampliação de um mercado interno de massas. A agricultura familiar promove uma ocupação mais equilibrada do território nacional e por meio de sua multifuncionalidade [sic] e da pluriatividade [sic] integra diferentes contribuições ao território e diferentes atividades econômicas”.

Por isso, a defesa incondicional da reforma agrária pelo MST está coerente com

o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, e ela constitui-se no único caminho capaz de incorporar grandes levas de camponeses sem terra ao processo produtivo e à geração de emprego e renda. Foi assim que somaram à luta pela terra a luta por educação, por exemplo, como parte dessa estratégia que busca melhorar as condições gerais desses sujeitos sociais, permitindo, assim, que eles possam deixar as zonas da miséria e da pobreza e galgar a cidadania.

OS CONFLITOS NO CAMPO: UM SINAL DA PERMANÊNCIA DA BARBÁRIE

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializam e mundializam a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue, também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Essa exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros.

No Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. Os integrantes do mundo do agronegócio (que representam a reprodução reatualizada

do passado e não do moderno) continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado mundial. Insistem, também, na recusa em aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso à terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo. Não se trata, pois, de um retorno ao passado, mas de um encontro com o futuro.

Assim, o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade, de outro, está o campo em conflito. A mesma série estatística que registra os conflitos retransmite o recado vindo do campo: nem a violência dos jagunços e de muitos governos estaduais como o do PSDB em São Paulo, ou mesmo a opinião da mídia representante das elites que não vêem essa realidade são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade para “entrarem na terra”, para se transformarem em camponeses.

Vive-se no Brasil cotidianamente a rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e será conquistado.

Mas as elites, ao contrário, como têm que garantir o passado, vêem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra.

Assim, a lei vai sendo invocada por ambos: uns para mantê-la, outros para ques-

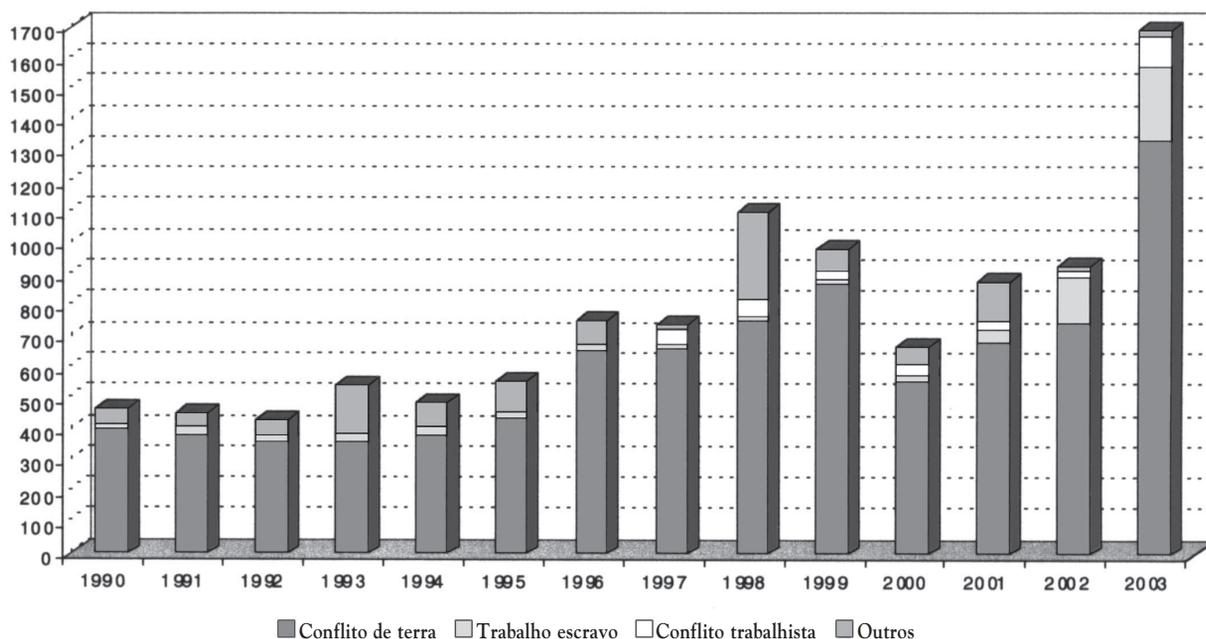
tionar o seu cumprimento. O direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um lado só, o lado do direito reivindicado pelas elites. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é sabidamente pública. Como tal, sendo pública ela não é passível do reconhecimento da posse. Entretanto, a justiça cega não vê porque não quer. Mas muitos magistrados apenas vêm quando os camponeses em luta abrem para a sociedade civil a contradição da posse capitalista ilegal da terra pela Constituição. Nesse momento, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injustiça. Aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante estão sendo condenados, estão presos. Repetindo, é a subversão total do direito e da justiça.

A luta e a própria reforma agrária vão para o banco dos réus. Os camponeses são processados e condenados. Instaure-se, em nome do rigor do cumprimento da lei, a velha alternativa de tornar os presos políticos réus comuns. Aliás, há muito neste país, história e farsa, farsa e história se confundem aos olhos dos mortais.

Os camponeses sem terra são os novos presos políticos do Brasil da modernidade. Assim, a injustiça da Justiça vai decifrando e interpretando às avessas a continuidade do processo de formação do campesinato brasileiro moderno em pleno século XXI. Um campesinato curtido na rebeldia de quem é capaz de revolucionar a história, mas, contraditoriamente, não ser compreendido pelas elites e em grande parte pela mídia, e mesmo por muitos intelectuais.

Os números das estatísticas da CPT são implacáveis e revelam que os conflitos no campo seguem sua marcha ascendente. Em 2000, aconteceram 660 conflitos; em 2001, foram 880; em 2002, registraram-se 925; e em 2003, até o mês de novembro já são 1.197 os conflitos. Entre os conflitos trabalhistas destacam-se aqueles relativos à superexploração e ao desrespeito aos di-

FIGURA 2
BRASIL – CONFLITOS NO CAMPO (1990 A 2003)



reitos e, particularmente, a presença do registro de 45 casos relativos à peonagem, também denominada de “trabalho escravo” em 2001 e 147 em 2002. Aliás, eles, que diminuíram entre 1993 e 1998, quando foram registrados 14 casos, voltaram a crescer atingindo o maior número de casos desde 1990. A situação em 2003, segundo documento da CPT de 17/12/2003, recrudesciu:

“O trabalho escravo, apesar de toda a ação do governo, também apresenta considerável crescimento. Foram recebidas denúncias de 223 situações onde estaria havendo ocorrência de trabalho escravo, envolvendo um número de 7.560 pessoas. 51,7% maior que o total do ano 2002, com 147 situações, e 35% maior no número de pessoas, 5.559. 144 dessas situações foram fiscalizadas e 4.725 trabalhadores libertados. O Pará continua sendo o estado com o maior número de ocorrências, 169 denúncias envolvendo 4.464 pessoas. 80 dessas denúncias foram fiscalizadas (47,3% do total das denúncias) e 1.765 trabalhadores libertados”.

Como se não bastasse a execrada existência e prática do “trabalho escravo”, o limite da barbárie não tem fim. No dia 28 de janeiro de 2004, quatro funcionários do Ministério do Trabalho foram fuzilados quando realizavam vistorias em propriedades onde havia denúncia de “trabalho escravo”:

“Fiscais de trabalho escravo são assassinados em Minas. Três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram mortos com tiros na cabeça, ontem, quando realizavam vistorias de rotina a 50 quilômetros de Unaí, no noroeste de Minas. Na região são comuns as denúncias de trabalho escravo. Eles fiscalizavam a colheita de feijão e costumavam receber ameaças de fazendeiros e de ‘gatos’ – pessoas que intermedeiam a contratação da mão-de-obra” (2).

É a já quase permanente barbárie que a modernidade capitalista produz no Brasil para a sua contínua e histórica acumulação primitiva do capital. A Figura 2 ilustra esse processo recente.

2 O Estado de S. Paulo, 29/1/2004, p. A1.

Sobre o crescimento dos conflitos no campo, a Comissão Pastoral da Terra, em 17/12/2003, manifestou-se da seguinte forma em sua nota à sociedade: “A CPT registrou, de janeiro a novembro deste ano, 1.197 conflitos no campo, número 36% maior que o registrado em igual período de 2002 (879). Destes, 181 foram no Pará, 160 em Pernambuco e 113 no Paraná”.

Os conflitos relativos à terra indicam, portanto, que após o crescimento contínuo entre 1993 e 1999, quando se saltou de 361 conflitos para 870, a pequena queda registrada no ano 2000 (556 conflitos) não sinalizava um novo período de queda dos mesmos como havia ocorrido entre 1987 e 1992. Ao contrário, os 681 casos relativos ao ano 2001 e os 743 de 2002 voltaram a indicar o crescimento dos conflitos já em pleno século XXI. Inclusive, em 2003, eles atingiram 1.099 casos (Figura 3).

Continuando, o documento da CPT sobre os dados atualizados referentes aos conflitos de terra em 17/12/2003 trouxe a essência que marcou a diferença na estratégia de ação dos movimentos sociais face ao novo quadro conjuntural gerado pela vitória de Lula: era necessário disputar politicamente

o governo Lula. E passaram a fazê-lo, pois essa tem sido sua já longa história, e suas conquistas somente nasceram das lutas. A continuidade da luta foi o caminho.

“Os conflitos de terra foram 1.099 até novembro de 2003, contra 742 em 2002. As ocupações e os acampamentos tiveram aumento considerável, foram 328 ocupações, em 2003, contra 176, em 2002. Um crescimento de 86,36%. Já o número de acampamentos foi 209% maior nesse ano, 198, contra 64 no ano passado. Pernambuco tem o maior número de ocupações, 83, seguido do Paraná, onde ocorreram 51 ocupações; Minas Gerais com 35, São Paulo com 23, Mato Grosso, 17, Goiás, 15, e Pará, 14. Pernambuco também lidera o número de acampamentos, com 40, seguido por Goiás e Pará, com 24 cada, Tocantins com 21, São Paulo com 19 e Bahia com 15. O número de famílias que participaram de ocupações este ano foi de 54.368, contra 26.958 durante todo o ano de 2002, 101,6% a mais. Já o número de famílias que acamparam chegou a 44.087, contra 10.750, durante todo o ano passado, 310% a mais do que todo o ano de 2002”.

FIGURA 3
BRASIL – CONFLITOS DE TERRA (1985 A 2003)

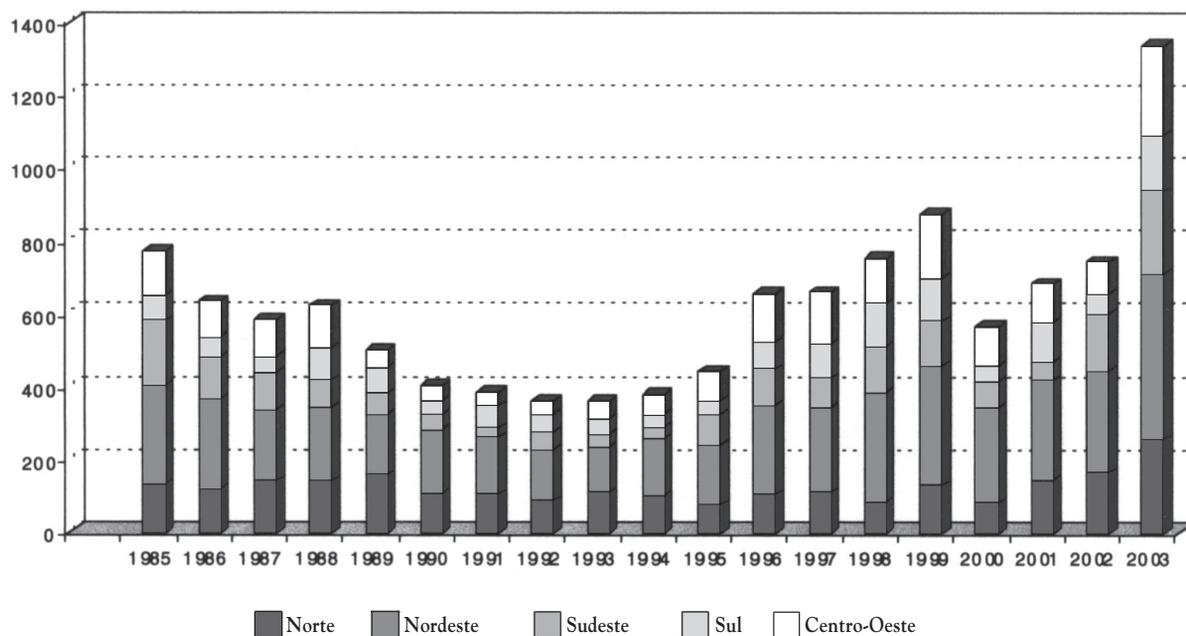
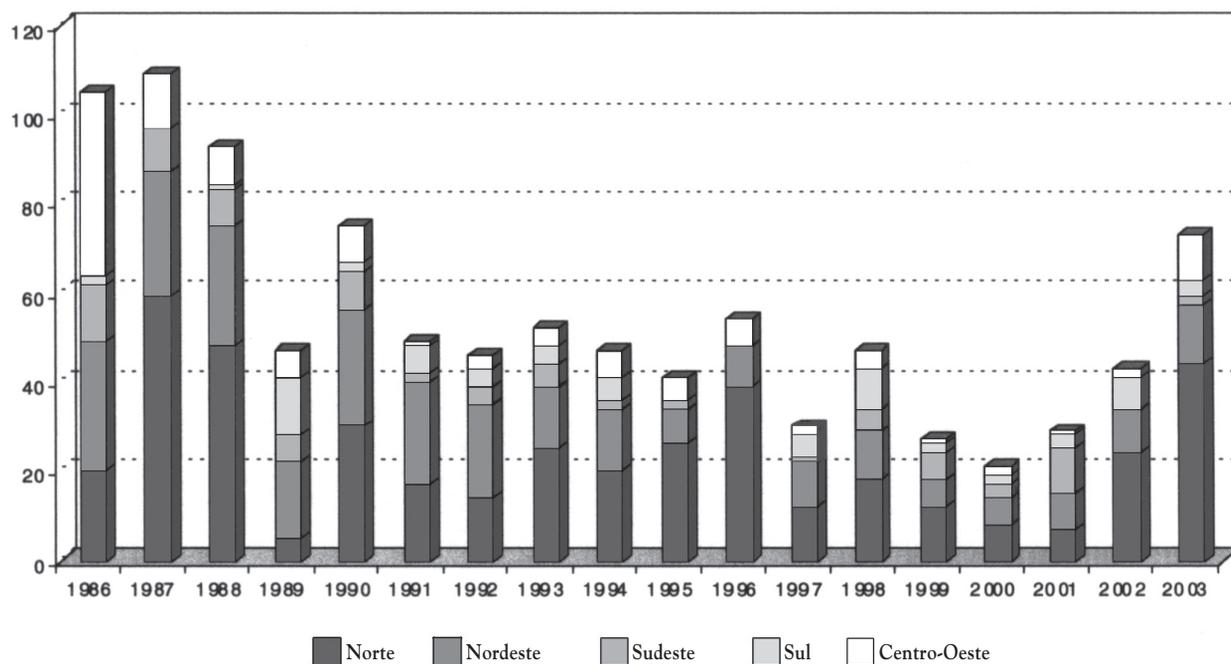


FIGURA 4
BRASIL – ASSASSINATOS NO CAMPO (1986 A 2003)



Quanto à distribuição territorial dos conflitos por terra verifica-se que, embora a maior parte violenta deles ocorra na Amazônia, as regiões brasileiras de ocupação historicamente antiga continuam também registrando quantidade expressiva dos mesmos. Assim, a luta pela terra no Brasil não é um fenômeno exclusivo da fronteira e nem mesmo está fechada como escreveram alguns intelectuais. A luta pela terra é um fenômeno presente em todo o campo brasileiro, de norte a sul, leste a oeste.

Outro indicativo da barbárie produzida pela modernidade é, sem dúvida alguma, os assassinatos no campo. Eles que, com pequenas oscilações, vinham caindo entre 1998 e 2000 (de 38 para 20) também voltaram a aumentar em 2001, chegando a 29 assassinatos; em 2002, subiu para 43; e até novembro de 2003, foram 71. O estado do Pará continua sendo o estado aonde a violência chegou a cerca de um terço das ocorrências, vindo em seguida os estados de Mato Grosso, Pernambuco e Maranhão. A Figura 4 mostra essa cruel realidade.

A CPT, retratando esse cenário da barbárie, mostrou os primeiros números dessa violência em 2003:

“De janeiro a novembro a CPT contabilizou 71 assassinatos em conflitos no campo, o maior número nos últimos 13 anos. 77,5% a mais que no mesmo período do ano passado, 40 (43 durante todo o ano de 2002). O Pará é o estado onde a violência contra os trabalhadores continua a ser a maior, 35 assassinatos, dos 71. Pernambuco e Rondônia o seguem com 8 assassinatos cada um, Mato Grosso com 6, e Paraná com 5. Também cresceram outras formas de violência. Até novembro de 2003, ocorreram 67 tentativas de assassinato, contra 38 em igual período de 2002, 76,3% a mais. O número de feridos em 2003 foi de 50, em 2002, por sua vez, foram 25, um crescimento exato de 100%. O número de trabalhadores presos foi 265, contra 229 no mesmo período do ano de 2002, ou seja, um aumento de 15%. Os despejos tiveram um crescimento de 227% .

Apesar de estarem surgindo membros do judiciário que incorporaram uma visão social da sua função, no seu conjunto o Judiciário tem aparecido como o grande aliado do latifúndio. A propriedade ainda é vista como um valor absoluto. Os dados sobre os despejos judiciais falam por si sós. A pri-

são de um grande número de trabalhadores, acusados de formação de quadrilha, quando já há jurisprudência consagrada que nega que a luta pelos direitos possa ser considerada como tal, dá o tom da 'isenção' de boa parte do Judiciário.

O número de famílias despejadas ultrapassou qualquer limite. Foram 30.852 famílias em 138 ordens de despejo. O maior número de famílias despejadas em um ano desde que a CPT iniciou esse registro em 1985. No mesmo período do ano passado, os despejos atingiram 9.243 famílias, em 63 ordens judiciais. Um crescimento de 227% no número de famílias e 119% em mandados judiciais. O estado com o maior número de famílias despejadas foi o de Mato Grosso, com 5.155 famílias, seguido de São Paulo, com 4.080, depois Goiás, com 3.344, Pernambuco, com 3.197, Pará, com 2.167 e Paraná, com 2.080.

O número de famílias expulsas da terra, até novembro de 2003, foi de 2.346, contra 1.249 no ano passado. Crescimento de 87,8%. O Pará foi o estado com o maior número de famílias expulsas, um total de 684, em seguida ficou Pernambuco, com 570, Paraíba, com 363, e o Paraná, com 310”.

Dessa forma, pelo caminho da violência, as elites vão procurando impor seu desmando e desrespeito à Constituição Federal, que manda desapropriar as terras improdutivas. Esse quadro, com a eleição de Lula, passou a conhecer contradições interessantes do ponto de vista político. Os movimentos sociais compreenderam o momento histórico novo e novas estratégias de luta foram desencadeadas. A CPT sistematizou as informações sobre o que se desenrolava no campo, e concluiu corretamente:

“Violações: até novembro de 2003 registra-se o maior número de assassinatos dos últimos 13 anos. De 1º de janeiro a 30 de novembro deste ano, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 71 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo. O número é 77,5% a mais do que o

registrado no mesmo período do ano passado e o mais elevado desde 1991, quando ocorreram 54 mortes. Em 1990, 79 camponeses foram assassinados. Este ano houve ainda um crescimento nas tentativas de assassinato, foram 76,3% a mais que em 2002, e no número de famílias despejadas por mandados judiciais, 227% maior. Também foram expulsas da terra 87,8% de famílias a mais do que em 2002.

Assistiu-se, por outro lado, a um considerável aumento das ações de ocupação de terras e de acampamentos, reivindicando a reforma agrária. O número de ocupações cresceu 86,3% e o de acampamentos, 209%. A pressão dos movimentos populares do campo. A eleição de Lula para a Presidência da República criou dois processos diferentes no campo. Por um lado, os movimentos dos trabalhadores do campo sentiram que o momento histórico que viviam era o que possibilitaria a realização da reforma agrária. Para mostrar a confiança e para pressionar o governo a, realmente, concretizar a distribuição de terra prometida, aumentaram consideravelmente os acampamentos, as ocupações e as mobilizações, entre as quais se destaca a Marcha para Brasília, organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. Pelo lado dos fazendeiros a resposta ao aumento destas ações foi o recrudescimento da violência que voltou a níveis nunca vistos nos últimos anos”.

Um bom exemplo dessa violência foi o episódio ocorrido em São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Os trabalhadores do MST marcharam para acampar à frente de um latifúndio que o Inbra está desapropriando para fins de reforma agrária. Então, os latifundiários do município reuniram-se e montaram um bloqueio para impedir o avanço da marcha, em uma ação que infringia o direito de ir e vir garantido pela Constituição Federal. Somente com a ação da brigada militar, o bloqueio foi desmontado. A marcha prosseguiu até uma pequena propriedade vizinha do latifúndio, cedida para o acampamento. Os latifundiários reunidos entraram com uma ação na

justiça para invalidar a venda da pequena propriedade a quem cedeu. Conclusão: a justiça agiu para anular a venda, e se não bastasse, o Supremo, alegando irregularidade, não permitiu ao Incra entrar na posse do imóvel improdutivo. A arrogância e uma espécie de certeza da impunidade estão expressas até na notícia do fato ocorrido:

“Produtores rurais avaliam conflito. Assembléia em São Gabriel [...] discutiu alternativa para a saída dos sem-terra do município. Produtores rurais de vários pontos do Estado participaram, na tarde de ontem, de assembléia no Parque de Exposições Assis Brasil, em São Gabriel. O ato, presidido pelo presidente da Farsul, Carlos Sperotto, reuniu ainda prefeitos e políticos da Fronteira Oeste, além dos presidentes da Assembléia Legislativa, Vilson Covatti (PP), e das comissões de Agricultura e do Mercosul do Legislativo gaúcho, deputados Jerônimo Goergen (PP) e Berfran Rosado (PPS), respectivamente.

O encontro, além de avaliar os conflitos ocorridos na quarta-feira com a Brigada Militar, possibilitou a discussão de alternativas para a saída dos integrantes do MST do município. Eles permanecem acampados em área de 2,7 hectares, localidade de Vacacaí, cedida por um agricultor e cuja compra, formalizada em 27 de novembro, foi considerada ilegítima pela Justiça, tendo em vista se tratar de parte de um total de 21 hectares pertencente a 12 herdeiros e ainda não partilhado em inventário [...]. *Na assembléia, que reuniu cerca de 500 produtores de 30 Sindicatos Rurais, foi deliberada a manutenção da ofensiva contra o MST.* Eles querem que o governador Germano Rigotto congele a área ocupada pelos sem-terra para evitar o inchaço do acampamento, tendo em vista o pedido de reintegração de posse que será encaminhado [...]. Ruralistas acenam ainda com a intenção de realizar ato público em frente ao Palácio Piratini. *Outra deliberação envolve implantação de acampamento em lote lindeiro ao local onde estão os sem-terra [...]*” (3).

É a luta de classes se manifestando no cotidiano do país. Ela vai gradativamente eclodindo em diferentes pontos. Nem o direito garantido constitucionalmente serve como fator limitador da ação. Dessa forma, o capitalismo no Brasil produz e reproduz a barbárie, transformando os conflitos e os assassinatos, quase sempre violentos, em “solução radical fora da lei das elites” para manter as injustiças presentes no campo. Mas, mesmo em meio à modernidade e à barbárie, os camponeses no Brasil seguem sua caminhada com paciência porque, como está escrito no poema, “a vida não pára, a vida é tão rara” (4).

OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES EM LUTA

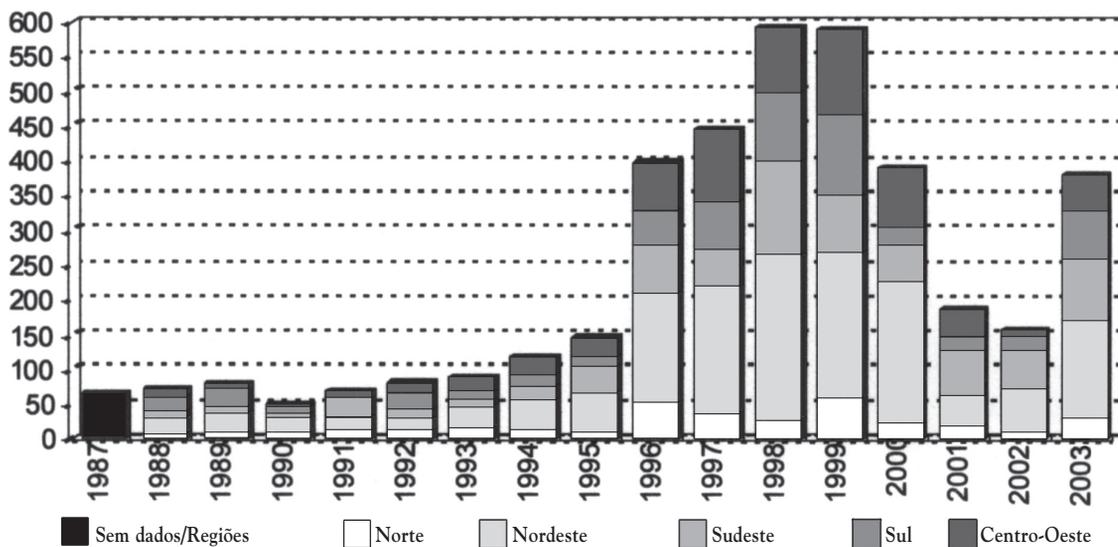
Foi com paciência que os camponeses inscreveram-se como candidatos a beneficiários da reforma agrária virtual pelos correios, lançada no final do governo de FHC. Agora, aguardam que o governo Lula cumpra também essa parte da lei, assentando os mais de 800 mil inscritos. Outros mais de 220 mil foram para os acampamentos e ocupações, pois não podem mais continuar esperando essa reforma agrária que não vem. Assim, enquanto a reforma agrária não vai sendo feita, a luta continua a marcar os campos do país. E não há sinal nenhum de que ela vá diminuir. Ao contrário, o surgimento de novos movimentos sociais indica que ela continuará a crescer. A queda das ocupações no final do governo FHC significou recuo tático, acúmulo de forças e retorno à luta (Figura 5).

Essas lutas trazem à cena os novos personagens da política brasileira como escreveu um dia o brilhante Eder Sader. Os movimentos sociais que marcam suas ações pela luta por direitos são, portanto, parte constitutiva da modernidade. Trazem à cena novas práticas, novas ações, novos signos e novos sinais. Um bom exemplo disso são

3 Luclamem Winck, *Correio do Povo*, 5/12/2003, p. 7.

4 Lenine e Dudu Falcão, “Paciência”.

FIGURA 5
BRASIL – OCUPAÇÕES DE TERRA (1987 A 2003)
 (NÚMERO TOTAL – PARTICIPAÇÃO REGIONAL)



Fonte: CPT; Org.: A. U. Oliveira.

as palavras e concepções do subcomandante Marcos e do zapatismo em Chiapas no México:

“[...]o zapatismo não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a social-democracia. Nem chega a ter corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos dos esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral que em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar essa rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo” (5).

Outra questão central que os movimentos sociais do final do século XX trazem ao cenário político é a firme convicção política sobre a necessidade de se redefinir a questão do poder e as formas de se fazer política. Em decorrência dessa visão não reproduzem os esquemas baseados no princípio de que

melhor convém a quem está no poder. Pensamos que, se mudarmos a maneira de ver o poder, afirmando que não queremos tomá-lo, isso produzirá outra forma de fazer política e outro tipo de político, diferente dos que sofremos hoje em todo o espectro, esquerda, centro, direita e as variações que haja” (6).

É por isso que o campesinato no Brasil segue sua já longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie. Caminharam e lutaram contra o governo FHC que, ao invés de fazer a reforma agrária, tentou impor aos movimentos sociais a barbárie das medidas provisórias inconstitucionais. Continuam a caminhar apesar de os textos de muitos intelectuais os ignorarem querendo vê-los como sujeitos sociais fora do futuro.

O MST E A REFORMA AGRÁRIA

Os camponeses, expulsos do campo e impedidos do acesso à terra, passaram a contestar a estrutura fundiária vigente. Organizados a partir das comunidades

5 Atenção, ano 2, nº 8, São Paulo, Página Aberta, 1996, p. 41.

6 Idem, ibidem, p. 32.

eclesiais de base das pastorais sociais, passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas. Dessa forma, nasceram as ocupações de terra pelos movimentos dos sem-terra, que depois, em 1984-85, unificaram-se formando o MST. Portanto, a modernização da agricultura excludente em sua essência gerou o seu oposto, a luta dos camponeses sem-terra do Brasil pelo acesso à terra. As contradições aprofundadas no período do governo militar geraram a base social para a luta pela reforma agrária. É por isso que o início do processo de redemocratização a partir de 1985 trouxe, também, a elaboração, pelo Estado brasileiro, do I Plano Nacional de Reforma Agrária, e com ele o assentamento de 53.978 famílias no governo de José Sarney (1985-89); de 26.940 famílias no governo de Fernando Collor/Itamar Franco (1991-94); e em decorrência do crescimento da luta pela terra por todo o Brasil na década de 90, foram assentadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98) um total de 155.583 famílias e no segundo mandato (1999-2002) mais 335.604 famílias foram assentadas. No ano de 2003, primeiro ano do governo Lula, dentro do II Plano Nacional de Reforma Agrária que assentará 400.000 famílias em quatro anos, foram assentadas mais 36.301 famílias. No segundo ano, 2004, mais 81.254 famílias tiveram acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária. Portanto, entre 1985 e 2004, praticamente 700 mil famílias foram assentadas em projetos de reforma agrária.

Foi, portanto, nesse processo progressivo de aumento do número de famílias assentadas que o MST teve que se envolver com o processo de produção dos assentados na terra conquistada. Inclusive cabe realçar que estudos realizados indicam que há no Brasil um total de 6,5 milhões de camponeses sem terra que podem se constituir em clientela potencial para a reforma agrária. São, portanto, mais de um milhão de famílias que aguardam os assentamentos de reforma agrária no país. Segundo estudos prospectivos, a eles juntam-se outros 5,5 milhões de famílias de camponeses sem terra, que formam a clientela po-

tencial da reforma agrária hoje no Brasil, cerca de 6,5 milhões de famílias.

O MST POR ELES MESMOS

O nascimento do MST foi gestado no interior das lutas sociais populares.

“Com o golpe militar de 1964, as lutas populares sofrem violenta repressão. Nesse mesmo ano, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra. Elaborado com uma visão progressista com a proposta de mexer na estrutura fundiária do país, ele jamais foi implantado e se configurou como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As poucas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização, principalmente na região amazônica. De 1965 a 1981, foram realizadas 8 desapropriações em média, por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente.

Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. ‘Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de extremas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos.

Em 1985, em meio ao clima da campanha ‘Diretas Já’, o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cuja palavra de ordem era: ‘Ocupação é a única solução’. Neste mesmo ano, o governo de José Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhão de famílias. Mais uma vez a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel.

Com a articulação para a Assembléia Constituinte, os ruralistas se organizam na criação da União Democrática Ruralista (UDR) e atuam em três frentes: o braço armado – incentivando a violência no campo –, a bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada. Os ruralistas conseguiram impor emendas na Constituição de 1988 ainda mais conservadoras que o Estatuto da Terra.

Porém, nessa Constituição, os movimentos sociais tiveram uma importante conquista no que se refere ao direito à terra: os artigos 184 e 186. Eles fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia... Em 1990, ocorreu o II Congresso do MST, em Brasília, e que continuou debatendo a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do Movimento em nível nacional. A palavra de ordem era: ‘Ocupar, resistir, produzir’.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições com um projeto de governo neoliberal, principalmente para o campo. É o momento em que se prioriza novamente a agroexportação. Ou seja, em vez de incentivar a produção de alimentos, a política agrícola está voltada para atender aos interesses do mercado internacional e para gerar os dólares necessários para pagar os juros da dívida externa. No ano seguinte, o MST realizou seu III Congresso Nacional, em Brasília. Cresce a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta fundamental no campo, mas que se não for disputada na cidade nunca terá uma vitória efetiva. Por isso, a palavra de ordem foi ‘Reforma Agrária, uma luta de todos’.

Já em 1997, o Movimento organizou a histórica ‘Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária’ com destino a Brasília, com data de chegada em 17 abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 Sem-Terra foram brutalmente assassinados pela polícia no Pará. Em agosto de 2000, o MST realiza seu IV Congresso Nacional, em Brasília, cuja palavra de ordem foi ‘Por um Brasil sem latifúndio’ e que orienta as ações do movimento até hoje.

Hoje, completando 21 anos de existência, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos 23 estados em que o Movimento atua, a luta não é só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana” (7).

No programa de luta pela reforma agrária estão claramente expressos os fundamentos do movimento:

“modificar a estrutura da propriedade da terra; subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola; levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude; aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido; desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável; buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos” (8).

Quem viver verá, pois o MST, em 2004, mesmo no governo Lula, liderou cerca de 70% das ocupações de terra no país.

7 In: www.mst.org.br.

8 Idem, *ibidem*.

ti etixio s